

Antes, de mais nada, eu gostaria de agradecer ao convite para vir participar deste seminário. Eu gostaria, antes de fazer a minha apresentação, dizer a vocês que a minha afinidade com o grupo de análise do discurso é muito antiga; vem dos tempos da década de 80, quando na Unicamp, eu me aproximei do grupo da professora Eni Orlandi, e acompanhei uma série de pesquisas que foram orientadas pela professora Eni e, aqui mesmo, eu vim a encontrar uma série de colegas, alunas que, hoje, também são professoras e que eu participei de bancas de mestrado e doutorado. E eu tenho uma imensa satisfação de estar aqui presente porque eu acompanho o grupo de Análise do Discurso da Unicamp desde 1987, 1988, quando a Eni Orlandi e o professor Hakira Osakabe, praticamente, estavam iniciando o trabalho neste grupo. Então, é uma satisfação muito grande.

Por outro lado, estar, nesta mesa, também me coloca um pouco no incômodo de que tendo sido colega também da professora Sandra Pesavento em muitos destes artigos e trabalhos, os quais foram referidos aqui, muitos deles a gente fez, até, praticamente, em conjunto, numa série de reuniões de um grupo de trabalho que a gente formou alguns anos atrás, e que tinha como desafio trabalhar justamente estes componentes narrativos da História e da ficção. Era um grupo de historiadores e críticos literários. E a gente tinha como desafio fazer com que os historiadores lessem a literatura com os olhos do historiador e os críticos literários lessem os textos históricos com os olhos e os olhares da crítica literária. Foi uma experiência muito rica e eu acho que acabou resultando numa série de livros que eu considero que abriu um território bastante novo do ponto de vista desta interseção entre o campo das Letras e o campo da História.

Eu também havia preparado um texto aqui para ler para vocês, mas talvez eu vá poupá-los desta leitura, mesmo porque há uma série de pontos — depois, este texto pode até ser colocado para publicação —, há uma série de pontos, neste texto, que já foram apresentados pela Sandra Pesavento², principalmente, no que concerne à questão da composição da História como uma composição narrativa e as relações da História com a memória. Embora a Sandra tenha tratado de uma série de questões, eu vou, então, me dar a liberdade de tratar de algumas outras questões que, talvez, sejam complementares ao que ela apresentou, e deixar a mesa, talvez, mais arredondada para que a minha fala possa ser um pouco complementar a dela.

¹ Este texto é o resultado de uma transcrição de áudio de uma palestra, com a adição de alguns parágrafos para melhorar a compreensão dos problemas levantados. Evidentemente, a fala tem uma enorme distância com relação à escrita, mas ao mesmo tempo preserva um clima e um contexto absolutamente impossível de se criar no ato da escrita. Por esse motivo, mantive o caráter mais coloquial e informal da palestra, sem transformá-la num modelo de texto escrito.

² Referência à palestra da Professora e historiadora Sandra Pesavento que falou, momentos, antes na mesa de História, memória e interpretação do II SEAD.

Assim como o professor Joel³ ontem, eu vou iniciar a minha apresentação me referindo não a um filme, mas a um conto, a um romance curto que é absolutamente genial para se trabalhar a relação da memória com a História. Trata-se de um conto do Gabriel García Márquez que se intitula *Memória das Minhas Putas Tristes*. Este texto é um texto, se vocês quiserem do ponto de vista da composição, ele é uma reinterpretação, ou uma reapresentação da *Bela Adormecida*. É uma nova apresentação do conto da *Bela Adormecida* e é um senhor que está completando 90 anos de idade e se dá ao direito, aos 90 anos de idade, de ter uma noite de sexo abundante. Ele é um homem solteiro, ele nunca se casou, ele computa, no seu currículo, ter tido sexo com umas 500 prostitutas e ele vai atrás deste sexo abundante aos 90 anos de idade. Ele procura uma cafetina que conhecia de muito tempo e ela promete apresentá-lo a uma menina de 14 anos de idade, que poderia, então, satisfazer estes desejos sexuais deste personagem.

E aí começa a história da *Bela Adormecida* porque ele passa a se encontrar com esta personagem, mas esta personagem está sempre dormindo. Uma noite atrás da outra, ele se encontra com a personagem e a personagem está sempre dormindo. Mas o interessante desta história, principalmente, considerando o autor que é Gabriel García Márquez, e, aos 90 anos, ele tentando construir esta narrativa, o que é interessante é o lugar que ocupa a memória porque ele vai construir a vida dele, a partir daquele momento, fazendo com que o vazio de uma vida sem sentido, seja preenchido por uma memória que ele é capaz de produzir a partir de uma figura, ou de um símbolo que é aquela personagem que ele vê deitada, diariamente, às noites, na cama, quando ele vai ao prostíbulo.

Em primeiro lugar, é incrível porque a memória, neste conto, aparece como algo absolutamente ativo, ela não é algo que está amortecido e que é sujeito à rememoração repetitiva. Ao contrário, ela é a produtora do sentido. Ela é produtora de significado. Em última instância, a memória preenche, a memória é excesso. Ela vai ocupar o lugar do vazio. O vazio é, metaforicamente, aquele de 100 anos de solidão. Eu acho que é, por isto, que, aos 90 anos, ele escreve *Memória das Minhas Putas Tristes*. É um vazio de sujeição, de perda da memória, de perda, da ausência da memória. Quer dizer, é um homem sem memória. É um homem sem nenhuma condição de tornar-se sujeito de si mesmo. Ele é um homem da rotina, é um homem completamente submetido e subordinado àquilo que é a vida repetitiva, e àquilo que a gente costuma chamar da vida alienada. Quer dizer, ele não tem autonomia de si mesmo. A memória, portanto, neste conto, é fantástica porque é uma metáfora de longo alcance porque, na verdade, ela vem suprir a carência de 100 anos de solidão e são 100 anos vividos na solidão. E ela vem, portanto, neste sentido, preencher o espaço do vazio. Quer dizer, ela é transbordante, ela é excesso de significado. E o romance se encerra porque aquilo que é sombrio, aquilo que é solidão, aquilo que é lacuna transborda em luz, e há uma manhã maravilhosa em que ele diz que estava pronto para viver, talvez, até os 100 anos e, talvez, morrer, em algum momento, depois dos 100 anos. Este conto é o momento em que ele está fazendo 90 anos então, ele tinha uma longa vida pela frente, ainda, para se recuperar deste vazio do passado.

Então, é interessante porque associamos a memória à uma atividade passiva do sujeito. Ela nunca nos aparece como um dispositivo de ação, um dispositivo que mobiliza. E, ao longo da História, o que nós

³ Referência à conferência do psicanalista Joel Birman *O sujeito desejante na contemporaneidade*, realizada

percebemos é que a memória, ao contrário, a memória se assemelha mais ao conceito utilizado por Gabriel García Márquez do que àquele conceito de elemento passivo. A memória é sempre, se nós observarmos do ponto de vista dos historiadores, ela é sempre mobilizadora. Se vocês forem observar, por exemplo, o comportamento que a cultura judaica tem com relação à memória do holocausto, veremos que a memória nesse caso é profundamente mobilizador. A cultura judaica utiliza o artifício da memória para que o passado seja sempre atualizado. Isso significa não deixar que o acontecimento seja apropriado pela História, que ele se historicize, ou que ele perca a eficiência de tornar elemento e fonte de mobilização do sujeito. Quer dizer, tornar a memória viva, tornar a memória ativa, é não deixá-la historicizar-se no seguinte sentido: Exemplificando, hoje, existem alguns acontecimentos que estão mais historicizados do que outros, isto é, têm efeitos menos mobilizadores. A Revolução Francesa, por exemplo, já foi um acontecimento que teve um efeito mobilizador muito maior do que tem hoje, porque a Revolução Francesa virou História. Nisso está implícita a questão de que há um certo consenso no que diz respeito à sua verdade factual. No entanto, no plano da interpretação ela ainda é fonte de mobilização e de controvérsia, pelo menos no que diz respeito à questão dos direitos humanos e dos idéias de democracia no mundo contemporâneo. Se comparamos a Revolução Francesa com outros acontecimentos da história, vamos perceber diferentes modos de como a memória coletiva se apropria da história, apesar de estarem relativamente consolidados a base da verdade factual de uma imensa quantidade de acontecimentos.

Quais seriam as relações entre a História, a memória e a interpretação? Como a Sandra já tocou numa série de questões, eu vou falar do ponto de vista moderno. Antes de tudo, eu gostaria que vocês retivessem do conto do García Márquez justamente este efeito constitutivo do sujeito. Quer dizer, é o sujeito no momento da sua constituição. É um sujeito que está alheio de si e, portanto, ele está ausente, alguém que está sujeitado. Ele não é capaz de tornar-se sujeito e autônomo e senhor de si mesmo, e torna-se senhor de si mesmo.

A História, na sua concepção moderna — eu vou ser muito breve e muito resumido na minha fala —, foi criada como uma área do conhecimento humano que deveria ter como combate justamente o território da memória. A História, no seu sentido moderno, naquilo que ela se inaugurou no século XVIII pelo pensamento iluminista — e é esta História da qual nós somos herdeiros até hoje, a História dita científica —, ela justamente se opõe à memória porque, segundo a filosofia do iluminismo, a memória é fonte de erro. A memória como é subjetividade, é uma construção que é pessoal, ela é fugaz, ela não tem a possibilidade de estabelecer um território de verificação, ela é totalmente frágil no sentido de que ela é muito subjetiva. E, ela é sujeita a erro porque, na medida em que a memória não é sujeita a nenhum critério de verificação, ela pode ser sujeita a erros imensos, a preconceitos incalculáveis. E a idéia que o pensamento iluminista tem, com relação ao território da memória, é que o território da memória é um território que nunca passou pelo crivo da razão. Quer dizer, a memória nunca se enfrentou com a verdade dos fatos. Por esta razão que o rei poderia ser de origem divina, por exemplo; que os dogmas da igreja poderiam ser absolutamente aceitos pela maioria das pessoas porque eles não eram sujeitos a nenhum tipo de contestação do ponto de vista da verdade.

Portanto, a História nasce com a proposição de constituir o sujeito moderno em contraste com a alienação da memória. O que seria o sujeito moderno? O sujeito moderno é o sujeito dotado de razão, capaz de se mover no mundo, através dos seus atributos racionais e ser capaz de discernir aonde está o erro, e aonde está a verdade. Do ponto de vista daquilo que a gente pode considerar a abertura de uma nova esfera do conhecimento sobre os homens, a História foi considerada uma ciência. Assim como a física era capaz de dar conta da natureza dos fatos físicos, a História também seria capaz de dar conta da natureza dos fatos humanos. Uma vez que, partindo do pressuposto de que todos os seres — e é, por isto, que é a constituição do sujeito racional —, partindo do princípio de que todos os seres são racionais significa que, mesmo que todos os indivíduos estejam imersos no preconceito, no erro e na ilusão, como todos indivíduos são racionais, o historiador é capaz de apanhar em todos os eventos humanos o fundamento racional de toda e qualquer ação humana. Mesmo que o indivíduo esteja banhado pela ilusão e pelo erro, há na raiz da ação humana um fundamento de razão porque a razão é ontológica, ela é constitutiva do ser. Então, a História é progresso sempre. A idéia de progresso nasce com a História, nasce com a ciência moderna. E ela é progresso porque é a emancipação do sujeito diante da ignorância e diante do preconceito. Quer dizer, é o caminho da liberdade é o território das metáforas de longo alcance, das utopias da liberdade porque através da História você caminha em direção à liberdade. E não é um caminho materialista, no sentido de que é uma produção material de condições sociais, mas é um caminho espiritual mesmo, um caminho, a partir do qual, o conhecimento é quem progride no tempo. A Sandra estava fazendo referência de que, geralmente, em entrevista, o historiador é sempre o último a falar, isto é próprio do iluminismo. Hegel, quando escreveu a *Filosofia da História*, justamente, disse que a ave da sabedoria, a ave de Minerva voa no final da tarde. É por esta razão que a História é a última a falar porque só ela pode apreender o sentido que a ação humana, depois de transcorrida, pode alcançar.

Portanto, do ponto de vista do conhecimento moderno, as filosofias da História que vão estar em evidência nesta origem da modernidade são utopias, são de proposições de forte componente utópico, todas elas são projeções de uma emancipação do sujeito que supera todas as limitações do preconceito, da memória para ter um caminho para o conhecimento, quer dizer, o conhecimento, o conhecimento racional. É a origem das disciplinas modernas, é a origem da Escola moderna, a origem das disciplinas modernas e, por esta razão, que a História se torna uma disciplina no sentido pleno da palavra. Quer dizer, conhecer significa disciplinar-se. O sujeito tem que se disciplinar para tornar-se sujeito. Portanto, ele não pode se iludir, ele não pode ser sujeito à mentira, ele tem que submeter tudo à prova da verdade e da razão. Por este motivo é que o primeiro combate que a História tem que fazer na sua modernidade é o aquilo que poderíamos chamar de um teste de adequação da verdade. Significa o seguinte: testar uma adequação de verdade significa instituir qual seria o campo de facticidade histórica. Eu vou ser bastante mais preciso nisto.

A partir destas considerações podemos agora definir melhor as relações entre a narrativa e a história. Segundo Todorov, em seu artigo *Les catégories du récit littéraire*, devemos distinguir a história do discurso, pois a história, isto é, os acontecimentos, as personagens, corresponde à realidade que deve ser pré-figurada no texto narrativo, ao passo que o discurso seria o modo que um narrador utilizaria para tornar compreensível para os leitores uma determinada realidade. Portanto, a história seria o campo

factual ou o lugar de eventos reais que produzem o significado ou, se quisermos, o conteúdo narrativo e a narrativa seria o modo de expressão utilizado pelo narrador. Portanto, devemos estar precavidos para distinguir o plano dos conteúdos, a história, do plano da expressão, a narrativa. A história seria, portanto, o plano onde transcorrem as ações, as inúmeras relações que envolvem os personagens, a contextualização dos eventos, enquanto a narrativa seria o plano da expressão. Nesse sentido, a narrativa poderia ser produzida por imagens e poderíamos admitir que existe um terreno de significação autônomo, o campo da história, independente dos modos de expressão que são utilizados para transmiti-los. Em termos mais simples, diríamos que existe um terreno de estabelecimento dos fatos, isto é, a organização e a seleção dos documentos que serão mobilizados pelo procedimento narrativo, mas que antecede este procedimento. O estabelecimento deste território de facticidade, seria o lugar onde a história realizaria, portanto, o teste de adequação da verdade. Esta facticidade, realizada pela adequação das provas ao fato é o que permite, por exemplo, afirmar que as tropas republicanas derrotaram os revoltosos de Canudos em 1897 e não o contrário. Entretanto, a história enquanto narrativa também compromete-se com um outro tipo de verdade, isto é, a verdade de elucidação. Neste caso, ao contrário da verdade de adequação, que estabelece um limite inferior imposto pela facticidade, não existe um limite superior onde haveria uma melhor elucidação do passado, por uma versão da história em detrimento de todas as outras. A verdade de elucidação se estabelece por relação intersubjetiva em determinado contexto sócio-cultural e neste sentido, a narrativa histórica se assemelharia à narrativa de ficção. Todorov refere-se à esta questão do seguinte modo: “o estabelecimento dos fatos pode ser definitivo, ao passo que a significação deles é construída pelo sujeito do discurso e, portanto, suscetível de mudar. A atestação de um fato é ou verdadeira ou falsa. Uma interpretação dos fatos pode ser insustentável e, portanto, refutável, mas não possui no extremo oposto, um limiar superior. Saber se Stalin era um gênio, um tirano ou um perverso não depende da constatação dos fatos. Uma interpretação brilhante não impede que uma outra, mais brilhante ainda, possa um dia ser tentada. Mas não se dispõe de nenhum instrumento de medição impessoal para avaliar o *virtuosismo* desta ou daquela interpretação histórica. Nisso os historiadores estão em situação semelhante à dos romancistas e dos poetas: a indicação de que eles alcançaram uma verdade de elucidação mais profunda está na adesão dos leitores, próximos ou distantes, presentes e posteriores; o critério último da verdade de elucidação é intersubjetivo, e não referencial.”(Tzvetan Todorov, *Memória do mal, tentação do bem*, p.145)

Criar um campo factível para a História significa, na modernidade, principalmente, no século XIX, num período em que se consolidam os Estados nacionais, criar o território dos fatos. Qual seria o lugar de facticidade que construiria o passado? Quer dizer, o que deve ser lembrado e o que deve ser um fato histórico. Nesse século torna urgente estabelecer o território da facticidade, principalmente aquele território factual que cria a legitimidade do Estado Nacional. Quais serão os fatos que devem ser sujeitos ao critério de prova, sujeitos ao critério de averiguação, e quais, em última instância, seriam os fatos que poderiam ser esquecidos. Vejam bem, se nós estamos falando na emancipação do sujeito, nós podemos admitir que a História, neste seu nascedouro, ela é uma esfera de conhecimento, absolutamente, inclusiva. Ela é inclusiva no seguinte sentido: Se a memória era o apanágio do poder, quer dizer, através da memória o poder se perpetuava enquanto

absolutismo porque o poder era detentor do dogma, falamos aqui do poder do Estado como direito divino, o poder se apropriava da sua verdade para transformá-la em elemento da esfera do religioso. Ao contrário, no Estado Moderno que nasce com a Revolução Francesa, a História é a constituição do sujeito e ela é o território do tempo de constituição da cidadania, ela é a construtora da cidadania, portanto, quer dizer, ela tem que ser a mais inclusiva possível. É por isto que Michelet⁴ é o historiador do povo. Ele tem que ser inclusivo. Ele tem que dizer que todos fazem parte da História da França, que bruxas, vagabundos, miseráveis, artesãos, todas as personagens que, de uma certa maneira, nunca tiveram condição de se perpetuar na memória porque, até então, a memória era só biografia de reis e as geografias, e história de santos. De repente, o iluminismo explode este território biográfico da memória eclesiástica e da memória do poder, explode para tornar uma história cidadã. Quer dizer, a História transforma-se num território de construção da cidadania.

Tudo isto é ligado a uma imensa disseminação da disciplina histórica. Disciplina história significa alfabetizar a população, tornar acessível a todos os cidadãos a escolaridade. Nesta escolaridade, ele aprende o território da facticidade. Ele aprende quais são os fatos relevantes a serem memorizados. Qualquer um de nós que fez a escola pública, aprendemos isto nas nossas escolas. Nós não aprendemos História como mito. Nós aprendemos a história com a noção de que aqueles textos que nós estamos lendo são territórios de facticidade verificável, de que existe uma confiabilidade. Quando a gente aprende na escola secundária a História, existe uma confiabilidade naqueles relatos que é uma verdade de adequação. Não é pouco coisa tudo isso. Se a História é dotada desta ambição, significa que, no território da História, haverá uma enorme disputa, disputa justamente da facticidade. É aí que os sujeitos disputam. É por isto que o movimento negre negro em nossa sociedade quer ver Zumbi nos livros de História, os movimentos feministas querem ver a facticidade da experiência feminina no território da História. É uma disputa de uma verdade de adequação de fatos.

Então, desde o primeiro momento em que a História se transforma no conhecimento dito moderno, há uma disputa do sujeito. É um sujeito — isto que eu gostaria de chamar a atenção de vocês —, é este sujeito do tipo do García Márquez. É um sujeito ativo, que quer disputar, através da memória, o campo da História. Veja, é neste território de disputa, que se opera aquilo que a gente pode designar como o território da facticidade. Isto não é, ainda, aquilo que nós podemos chamar de historiografia. É uma disputa anterior, é uma disputa de sujeitos pelos territórios historiográficos, sujeitos acadêmicos e disputas sociais. Eu mesmo fiz parte de uma geração que quis ouvir os vencidos. Eu não queria dar voz a eles, mas eu queria dizer que a História da minha geração silenciava uma experiência de um sujeito que não estava inscrito na História do Brasil, que eram os trabalhadores. Era uma disputa, uma disputa da memória, e uma disputa da facticidade. De repente, descobrimos as greves de 17, greves operárias, organizações sindicais, modos de vida de trabalhadoras, territórios marginais da cidade, quer dizer, tudo isto, são territórios de disputa, são territórios a partir dos quais o jogo entre a memória e a História vai se constituindo. E vai se alargando o território da História através deste campo de disputas que vai se constituindo.

Há uma tensão permanente porque a memória, enquanto relação com ao passado, ela transborda a si mesma. Por esta razão, o sentido de identidade dos sujeitos portadores desta ambição de facticidade, sejam

⁴ Historiador francês Jules Michelet

eles as mulheres querem a sua história, os negros quando querem a sua história, ele transborda o território da facticidade. Nesse sentido, a memória, como atividade dos sujeitos, é transbordante. Na História, quanto mais você conhece, mais opaco tudo fica. Esta é grande contradição e é uma oposição muito interessante. Quanto mais nós conhecemos o passado na História, mais opaco ele fica, cada vez mais opaco ele vai se tornando. Mas isto é próprio da natureza deste embate. Então, eu gostaria de insistir com vocês de que, aonde a História e a memória têm um território o mais conflitante e, aonde o combate é efetivo, é no território de estabelecimento dos fatos, naquilo que a gente pode chamar da verdade de adequação. Quer dizer, qual é a facticidade que uma cultura deve admitir para si mesma, quais os fatos que devem ou não devem entrar num território cultural? Quais são os fatos que devem ser banidos, quais são os fatos que devem ser silenciados, quais são os fatos que devem ser esquecidos, e quais são os fatos que uma comunidade cultural considera fatos que são pertinentes para si mesmo. É por isto que a verdade é por adequação. É quando se torna adequado a todos os sujeitos o estabelecimento deste território de fatos. Não vamos entrar na na grande polêmica historiográfica atual sobre a facticidade do holocausto, mas essa disputa resume de forma contundente tudo isso que estou dizendo aqui nesta palestra.

No entanto, a História não pára aí. O combate da História vai para um outro lugar. Uma vez este que combate está estabelecido no estabelecimento dos fatos, há uma outra dimensão do território discursivo da História que é a sua dimensão expressiva, é o modo como é narrado. Aí, sim, entra o componente narrativo, a questão de como se narra. Uma vez existindo um território adequado de facticidade, há milhares de maneiras de narrá-lo. Podemos dizer que vai ocorrer uma disputa desta narrativa no campo que designamos como o campo da expressividade. Quer dizer, qual é ênfase que a narrativa vai assumir para dar significado e sentido a estes fatos. Então, é bastante provável que nós estejamos, de uma certa maneira, mais seduzidos pela História quando ela carrega componentes, digamos, de promessa do que componentes trágicos, ou pessimistas, mas existem narrativas históricas para todos os gostos. É por isto que o texto historiográfico atende às mais variadas percepções do sujeito que está imerso no território da apropriação do passado. Por isto que a História pode ser cômica, pode ser uma tragédia, pode ser um drama, ela vai assumir estas modalidades, as mais diferentes. Estas disputas são intermináveis e para dizermos a verdade, elas não têm fim, porque são, na verdade, manifestações de modos de expressão que vão se diferenciando e vão se desdobrando ao longo do tempo.

O que é importante nós levarmos em consideração é que a História que foi criada na modernidade, que foi construída na modernidade, é uma História que só se valida quando ela consegue se constituir em uma metáfora de longo alcance. Ela tem que ser utópica na sua própria constituição, seja porque ela é uma epifania do Estado moderno, seja porque ela é uma redenção das classes oprimidas. Ela é uma História absolutamente metafórica, uma metáfora de longo alcance cuja realização está inscrita numa temporalidade que a própria História se encarrega de produzir. Ler a História é ler o sentido a partir do qual nós nos entendemos e nos projetamos. O que talvez seja interessante discutirmos é a partir de que momento a História perde esta pretensão de ser uma Filosofia. Na verdade, o que eu estou querendo dizer é isto. A História abandonou o território da filosofia da História. Então, ela deixou de ser finalista, ela deixou de ser determinista. A História passou a ser metonímica, ela se fragmenta, ela se espacializa, ela se dispersa, nas palavras dos historiadores

franceses, ela fica em migalhas. Portanto, ela aponta uma dispersão do sujeito, quer dizer, este sujeito coletivo que era o protótipo do Estado moderno, que era o protótipo do socialismo, o protótipo das filosofias da História do século XIX, ele se desfaz nesta descrença pós-moderna e aí você tem uma atomização enorme na esfera do sujeito coletivo. Nesta fragmentação do sujeito coletivo, a História, enquanto metáfora de longo alcance, não tem mais lugar. Ela fica absolutamente anacrônica. Portanto, a História não deixa de ser um retrato do nosso próprio tempo, o nosso fazer da História não deixa de ser um retrato da nossa própria divisão, fragmentação e pulverização. Neste sentido, a relação entre a História e a memória continua sendo uma zona de disputa constante.

Por último, eu só gostaria de lembrar que a minha geração de estudantil dos anos sessenta construiu uma metáfora de longo alcance, que se projetou num período de 30 anos, aqui no Brasil. Infelizmente, esta metáfora de longo alcance, esta utopia de cunho socialista está se desmoronando, recentemente, não só no Brasil, mas em todas as partes do mundo. Estamos diante de algo indizível, mas que é impossível de ser mantido em silêncio. Quer dizer, como é que nós lidamos com esta experiência traumática da perda das ilusões? Nós que lidamos com a História e com memória temos que lidar com o problema do trauma. De que modo conseguimos nos reelaborar como sujeitos, se a narrativa metafórica que nos construiu está em ruínas. Eu acho que nós estamos vivendo um trauma hoje em dia. Ele é quase indizível porque é, dramaticamente falando, a memória de uma luta pela cidadania, que foi construída ao longo de 30 anos e que levou uma geração para se tornar viável ou possível. De repente, nos vemos diante do impasse de desconstruir essa memória que toda uma geração sonhou. Obrigado.